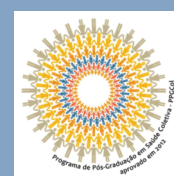


O lançamento do livro “A Pandemia e a Saúde Coletiva: produzindo conhecimentos e tecnologias no cotidiano” coincide com a intensificação das iniciativas do Conselho Nacional de Saúde para a proteção física e psicossocial de trabalhadores e trabalhadoras em saúde e a luta em defesa do SUS, da vacina e da retomada do auxílio emergencial justo, que é um esforço para garantir alimento e sobrevivência para todas as pessoas. Temos no Brasil hoje uma política explícita de vulnerabilização e de extermínio, que é visível nas medidas e omissões do governo federal durante a pandemia. É fundamental combater o fascismo e mobilizar a sociedade e as instituições para garantir a democracia, além de reforçar as indicações da ciência e recomendações internacionais. Foi assim que compreendi essa iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGCol/UFRGS) de incentivar a produção de artigos sobre o contexto de enfrentamento à COVID-19 em diferentes lugares. Constituir ações de cidadania que ultrapassem as fronteiras das instituições e dos países é fundamental. O compromisso social das universidades na defesa de cada vida precisa se expressar em redes de produção e divulgação de conhecimentos em diálogo com a sociedade. Parabéns às organizadoras, ao organizador e a quem escreveu os capítulos! Boa leitura a todas as pessoas que – como eu – se identificam com seus sonhos e esperanças, ousando nesse momento difícil da história resgatar os melhores valores da humanidade e seguir transformando o mundo!

Fernando Zasso Pigatto
Presidente do Conselho Nacional de Saúde



Sincronicidade feliz que, no início das comemorações do Ano Internacional dos Trabalhadores da Saúde e Assistência chamado pela Organização Mundial da Saúde, chegue às mãos dos leitores o livro “A Pandemia e a Saúde Coletiva: produzindo conhecimentos e tecnologias no cotidiano”. Iniciativa de fôlego do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFRGS, mobilizando uma rede internacional de aproximadamente 50 autores e autoras de manuscritos sobre o enfrentamento à pandemia de COVID-19, incluindo iniciativas comunitárias, de gestão setorial e de produção de equidade, no Brasil, na Nicarágua, em Honduras, na Itália e em Moçambique. Festejo a rede formada e as contribuições do livro. Mas festejo, sobretudo, o fato de que são trabalhadores e trabalhadoras da saúde refletindo sobre questões relativas ao trabalho de enfrentamento à pandemia e em investigações para o desenvolvimento de novas tecnologias e para a qualificação da formação dos profissionais. Confirma-se o que está dito na campanha: um sistema de saúde precisa investir na formação e no trabalho, com ênfase na proteção dos seus agentes, que não há sistema de saúde sem trabalhadores e trabalhadoras.

Mônica Padilla
Coordenadora da Unidade Técnica de Capacidades Humanas para a Saúde OPAS/OMS Brasil



A PANDEMIA E A SAÚDE COLETIVA
Produzindo conhecimentos e tecnologias no cotidiano

Aline Blaya Martins | Luciane Maria Pilotto | Renata Riffel Bitencourt
Jaqueline Miotto Guarnieri | Alcindo Antônio Ferla - (Orgs.)

A PANDEMIA E A SAÚDE COLETIVA

Produzindo conhecimentos e tecnologias no cotidiano



Aline Blaya Martins | Luciane Maria Pilotto | Renata Riffel Bitencourt
Jaqueline Miotto Guarnieri | Alcindo Antônio Ferla – (Orgs.)



Antes de abrir o livro, desacelere e respire. Rememore os deslocamentos de sentidos e sentimentos que a pandemia de COVID-19 promoveu na sua vida. Pense nas invenções de formas de resistência que lhe permitiram atravessar essa difícil temporada e como elas podem iluminar futuros possíveis. Em boa medida, é isso que lhe aguarda nos textos deste livro: reflexões profundas sobre sentidos, sentimentos e invenções promovidas em resposta a este acontecimento singular na história recente. Autores vinculados ou convidados pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGCol) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos permitem acessar diferentes estudos e experiências relevantes. E colocarmos em perspectiva o que precisamos e podemos ainda fazer. Sem desconsiderar as perdas que tivemos, eles nos lembram o que ensinou Guimarães Rosa: “um amor tem muitos modos de parecer que morreu”. Assim, em cada página deste livro, encontre o amor escondido ou transbordante nele. E o dissemine.

Luciano Bezerra Gomes
Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

© Dos autores – 2021

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Rotermund

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

P189 A Pandemia e a Saúde Coletiva: produzindo conhecimentos e tecnologias no cotidiano. / Organizadores: Aline Blaya Martins, Luciane Maria Pilotto, Renata Riffel Bitencourt, Jaqueline Miotto Guarnieri e Alcindo Antônio Ferla. – São Leopoldo: Oikos, 2021.

357 p.; 16 x 23 cm.; edição trilingue

ISBN 978-65-86578-93-5

1. Saúde coletiva. 2. Pandemia – Saúde coletiva. 3. Sistema Único de Saúde – Enfrentamento – Pandemia. 4. Pandemia – COVID-19. 5. Saúde mental – Cuidado – Pandemia. I. Martins, Aline Blaya. II. Pilotto, Luciane Maria. III. Bitencourt, Renata Riffel. IV. Guarnieri, Jaqueline Miotto. V. Ferla, Alcindo Antônio.

CDU 614

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Realidades brasileiras e estratégias populares de enfrentamento à COVID-19

Jaqueline Miotto Guarneri

Renata Riffel Bitencourt

Luciane Maria Pilotto

Aline Blaya Martins

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.
A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude. (...)
A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração. (...)
A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida.
Que aos poucos se gasta, e que gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.
(COLASANTI, 1996)

Vivemos um cenário inédito e desafiador... A grave pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que provoca a COVID-19 (*Corona Virus Disease-19*), já levou milhares de pessoas a óbito em todo o mun-

do, além de gerar consequências assombrosas e ainda incalculáveis para a economia, o meio ambiente e a saúde global (BUCKERIDGE, 2020).

A rapidez com que se alastrou, o desconhecimento sobre o vírus e o despreparo dos países para o enfrentamento desencadearam diferentes padrões de respostas para o controle da propagação. De modo gradual e com intensidades variadas foram sendo adotadas estratégias como o isolamento de casos, o incentivo à higienização das mãos, à adoção de etiqueta respiratória e ao uso de máscaras faciais caseiras e medidas progressivas de distanciamento social (com fechamento de instituições de ensino; proibição de eventos e de aglomerações; restrição de viagens e transportes públicos; ou mesmo a completa proibição da circulação nas ruas). Todavia, mesmo os países que adotaram medidas semelhantes apresentam diferentes repercussões, uma vez que dependem de aspectos socioeconômicos, culturais, de características dos sistemas políticos e de saúde, assim como de procedimentos operacionais para a implementação das medidas (AQUINO *et al.*, 2020).

No Brasil, os primeiros casos registrados foram em São Paulo entre fevereiro e março de 2020, e agora (dezembro de 2020) o país está entre aqueles com os maiores números de casos confirmados e de óbitos relacionados à COVID-19 (LICHOTTI; GORZIZA; BUONO, 2020). Mesmo em situação alarmante, os números ainda estão distantes de retratar as realidades do país, que carece de políticas de testagem e apresenta deficiências nas notificações (AQUINO *et al.*, 2020).

Além do obscurantismo e da omissão de casos, desde o início da pandemia observamos por parte dos governantes a adoção de uma postura negacionista, que questionava a veracidade, a gravidade e as possíveis consequências advindas da COVID-19. A falta de condução e coordenação da crise, a falta de diretrizes comuns, a resistência em impor o distanciamento controlado com medidas mais restritivas, a falta de incentivo para pesquisas e desenvolvimento de tecnologias são algumas das barbáries vistas e que estão diretamente ligadas à gravidade da crise sanitária (CAPONI, 2020).

Tais ações, ou a ausência delas, possuem intencionalidade, e suas raízes encontram-se ligadas à conjuntura político-econômica neoliberal, que preza o capital e supervaloriza a propriedade privada e os meios de produ-

ção, em detrimento das políticas sociais e que configura um modo de existência contemporâneo do capitalismo (VIANA; SILVA, 2018). Estão ligadas também ao grupo político que está no poder e que serve aos interesses econômicos para consumir o desmonte da Constituição Federal de 1988 e subordinar todas as vidas e relações sociais à lógica do mercado (VIVEIROS DE CASTRO, 2019).

Convém destacar que os ataques constantes à nossa frágil democracia, anteriores à pandemia, fortaleceram-se na retórica de que as políticas sociais não cabem no orçamento público. Em virtude disso, acompanhamos nos últimos anos a precarização do trabalho, o aumento da informalidade, cortes na Previdência e na Seguridade Social, a redução de repasses financeiros e o desmonte de políticas públicas voltadas ao bem-estar da população (SILVA, PIRES, PEREIRA, 2019a). Tudo isso, por sua vez, tem intensificado as desigualdades sociais e colocado um contingente significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade frente à pandemia e a incapacidade de lidar com as suas consequências (NUNES, 2020).

Somam-se a isso outras faces perversas do atual governo, que incita e legitima a violência, a opressão, a perseguição, o desmatamento e a destruição ao invés de promover a emancipação social, econômica e política da população e do país. Assim como descrito por Silva, Pires e Pereira (2019b), a consolidação da “política da devastação” bolsonarista ocorre em atos de racismo, xenofobia, misoginia, homofobia, entrega das riquezas nacionais, destruição da Amazônia, privatizações generalizadas do patrimônio público, incentivo aos garimpeiros para invadir as terras indígenas e assassinar os índios, além de cortes e contingenciamentos na educação, saúde e assistência, entre outros.

A atrocidade desse cenário e os danos provocados, alguns irreparáveis, despertam medos, angústias, repulsas, raivas e, por vezes, nos paralisam e fazem pensar que não existem soluções, que nada seria capaz de mudar essa realidade. No entanto, assim como flores que nascem em desertos, despontam ações e movimentos solidários de luta e resistência, que partem dos nossos para os nossos, que possuem capacidade de amenizar sofrimentos e salvar vidas. Precisamos falar sobre a dura realidade impos-

ta, mas não podemos nos acostumar e aceitá-la passivamente como algo imutável. Precisamos encontrar formas de esperar, e, muitas vezes, é na força que vem dos outros que encontramos a nossa para seguir (re)existindo e promovendo mudanças.

Este texto, além de retratar os impactos da COVID-19 em comunidades historicamente vulnerabilizadas, objetiva apresentar estratégias populares criadas como forma de enfrentamento e mitigação das consequências advindas da mesma. Para tanto, valemo-nos de informações divulgadas em diferentes fontes e que servem à proposta do estudo, inclusive de mídias alternativas criadas como forma de publicizar as ações e monitorar os números da COVID-19, como no caso dos observatórios. Com isso, pretendemos oferecer elementos para a reflexão, que auxiliem a descortinar o atual contexto e subsidiem a construção e o fortalecimento dos movimentos populares em prol da democracia e de condições dignas de vida para toda a população.

Vírus, desigualdades e a necropolítica: o retrato do cenário brasileiro

Desde o início da pandemia, ouvimos com veemência discursos que, ilusoriamente, tratam do fenômeno como algo tênue, uma “gripezinha”, sendo suas consequências iguais para todos, afinal “estamos todos no mesmo barco”. Porém, ainda que a disseminação atinja de forma democrática os indivíduos e grupos populacionais, o vírus encontra na desigualdade social as condições para abater aqueles historicamente desfavorecidos (NAVARRO *et al.*, 2020). Temos observado, por exemplo, que existem elementos que facilitam a propagação do coronavírus, como a baixa escolarização, a alta densidade populacional (JARDIM; BUCKERIDGE, 2020), a dificuldade de manter o isolamento social, a baixa taxa de emprego e renda, o menor acesso a serviços de saúde e ao saneamento básico, as irregularidades no abastecimento de água e coleta de lixo e as precárias condições de urbanização e moradia, entre outros condicionantes que apontam aqueles que, além de estarem mais expostos ao vírus, possuem maiores riscos de vida para além das condições pessoais (CARVALHO; PIRES; XAVIER, 2020; FLEURY; MENEZES, 2020).

Dessa forma, a pandemia tem evidenciado as colossais desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais existentes no mundo, especialmente no território brasileiro, e afeta intensamente os grupos sociais mais vulnerabilizados, como os idosos, as parcelas empobrecidas da população, as pessoas que vivem em situação de rua e sem as condições mínimas para o enfrentamento da doença (SOUZA *et al.*, 2020), assim como os moradores das favelas das grandes cidades, os povos indígenas e quilombolas e as pessoas privadas de liberdade (FLEURY; MENEZES, 2020). A carência de políticas públicas que atendam os diferentes contextos de vida dessas populações e a insuficiência de dados referentes a esses sujeitos diante do cenário epidêmico refletem o desinteresse do Estado e da maioria de seus representantes em responsabilizar-se por essas vidas, tidas como descartáveis (NAVARRO *et al.*, 2020).

O descaso com a população também fica visível através da adoção de uma linha política hospitalocêntrica ao invés do acionamento de serviços descentralizados, como serviços da atenção básica e de assistência social. Esses serviços seriam fundamentais para identificar os casos, atender e encaminhar para serviços de referência, fortalecer a prevenção e identificar necessidades e possibilidades de cada comunidade (FLEURY; MENEZES, 2020). A realidade do sistema de saúde brasileiro foi retratada quanto à disponibilidade de leitos hospitalares por região do país e analisado seu potencial diante da situação pandêmica, sendo que, além da histórica insuficiência de leitos (2,3 leitos/mil habitantes em 2019) e iminente colapso do sistema, em 8% dos municípios brasileiros a distância média necessária para obter atendimento de UTI é superior a 240 km; no Amazonas, a média chega a 615 km (NORONHA *et al.*, 2020). Ou seja, muitas pessoas perecerão sem ter conseguido receber cuidados básicos ou mesmo chegar ao serviço hospitalar.

Nesse sentido, até mesmo os cuidados e as medidas necessárias para o controle da propagação do vírus emitidas pelas autoridades sanitárias não se destinam a toda a população, uma vez que são viáveis apenas àquelas pertencentes à camada mais rica, que possuem a possibilidade de fazer isolamento social, trabalhar de forma remota, utilizar álcool gel e higieni-

zar as mãos (FLEURY; MENEZES, 2020). Da mesma forma ocorreu com o Auxílio Emergencial, que foi a única medida criada pelo governo no intuito de amenizar as consequências econômicas da pandemia para a parcela mais carente da população. Entretanto, tal medida apresentou inúmeras falhas e foi incompatível com a realidade de muitos, que, além de não ter acesso à internet e ter dificuldades para efetuar o cadastramento, tiveram o auxílio negado sem justificativas. Com efeito, nas favelas de todo o país, 41% das famílias não conseguiram ter acesso a nenhuma das parcelas do auxílio emergencial, valor esse que serviria minimamente para a subsistência (BRASIL DE FATO, 2020a).

A precariedade dessas vidas reflete o histórico racismo institucional e estrutural e denuncia a necropolítica perpetrada pelo Estado, que segue promovendo opressões e executando o genocídio de grupos brasileiros vulnerabilizados (NAVARRO *et al.*, 2020). Importa pontuar que a noção de necropolítica e necropoder foi apresentada a nós por Mbembe (2018) e se refere às maneiras como as vidas são subjugadas ao poder e submetidas a condições que lhes conferem o status de “mortos-vivos”, sendo o Estado que decide quem pode viver e quem deve morrer.

A cor e o CEP dos óbitos por COVID-19 apenas corroboram tal constatação. Mesmo com a ausência da informação sobre a cor das vítimas em uma parte significativa das notificações, até o mês de agosto, os registros com informações raciais revelam que 59% dos brasileiros mortos em decorrência da COVID-19 eram pretos e pardos (NÓS, MULHERES DA PERIFERIA, 2020). Os dados de São Paulo sobre a mortalidade por COVID-19 mostram que essa chega a ser 10 vezes maior em bairros com piores condições sociais, que incluem favelas, cortiços e conjuntos ou núcleos habitacionais (FIGUEIREDO, 2020). Isso se repete no contexto dos povos quilombolas, em que há grande subnotificação de casos, dificuldades no acesso a serviços de saúde e denegação de exames a pessoas com sintomas, o que tem favorecido ainda mais o apagamento dessa população (OBSERVATÓRIO DA COVID-19 NOS QUILOMBOS, 2020). Da mesma forma no sistema carcerário, em que a superlotação, a infraestrutura precária e a imposição de condições ainda mais degradantes à dignidade das pessoas priva-

das de liberdade – como o uso de contêineres como celas – sentenciam à morte (COSTA *et al.*, 2020).

O extermínio por violência racial fica escancarado quando analisada a atuação atroz e sanguinária da polícia, que através das ações de combate ao tráfico de drogas, principalmente em comunidades periféricas, perpetua resultados desastrosos de alta letalidade e encarceramento. No Rio de Janeiro, somente em 2019 foram mais de 1.800 assassinatos decorrentes de intervenções policiais, sendo que 86% desses são de pessoas negras. Em São Paulo, também em 2019, essas ações mataram 867 pessoas, e 62,8% dessas são negras. Na Bahia, o assassinato de pessoas negras por operação policial chega a 96,9% do total de óbitos. Além disso, em alguns estados, como o Ceará, há um significativo percentual dos registros sem a declaração da cor, o que impede o reconhecimento do perfil das vítimas e está diretamente ligado à manutenção de uma condição socio-histórica de invisibilização e apagamento da população negra (REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA, 2020).

Neste ano (2020), mesmo com a pandemia e suas consequências nefastas para a vida das comunidades, observamos a intensificação das “operações de combate ao tráfico de drogas” e, por consequência, de mortes. João Pedro (14 anos), João Vitor Moreira (14 anos), Kauã Vitor da Silva (11 anos), Leônidas Augusto (12 anos), Luiz Antônio de Souza (14 anos), Maria Alice Neves (4 anos), Rayane Lopes (10 anos), Anna Carolina de Souza Neves (8 anos), Emilly Victoria (4 anos) e Rebeca Beatriz (7 anos) (G1 RIO, 2020) são algumas das crianças, em meio a tantos inocentes, que tiveram suas brincadeiras e sonhos interrompidos covardemente, vítimas de balas perdidas ou por outros “equivocos” por aqueles que deveriam prover a segurança. Muitos casos não são midiaticizados e nem chegam a ser notificados, e por vezes o argumento que justifica essas mortes é o erro técnico, o equívoco profissional, e isso passa a ser visto como simples “confusão”, contribuindo para a naturalização da morte negra (MARQUES JUNIOR, 2020).

Ressaltamos que muitos outros aspectos poderiam ser abordados na intenção de retratar as realidades enfrentadas pela maioria da população bra-

sileira, porém as limitações das páginas nos levaram à escolha de alguns, nem por isso mais importantes. Não temos a pretensão de esgotar ou limitar a discussão em torno desses; apenas abrir caminhos para a reflexão e incentivar a análise sobre a atuação do Estado, que valoriza algumas vidas em detrimento de outras e trabalha para que isso pareça banal e tolerável.

Ninguém solta a mão de ninguém!

Nações em declive na mão desse barrabás
Onde o milagre jaz
Só prova a urgência de livros
Perante o estrago que um sabre faz
Imersos em dívidas ávidas
Sem noção do que são dádivas
Num tempo onde a única que ainda corre livre aqui
São nossas lágrimas
[...]
Tudo, tudo, tudo tudo
Que nóiz tem é nóiz.
(EMICIDA, 2019)

Em tempos em que abraços são dispensáveis, a demonstração de afetos ganha outras dimensões. É diante das vidas deixadas perversamente à própria sorte e/ou perdidas e da necessidade de impedir que outras tenham o mesmo fim precocemente que urgem estratégias e ações de diferentes atores e organizações e verdadeiros gestos de solidariedade ao próximo. Essas variam de acordo com as capacidades e recursos existentes e vão desde atos mais individuais a grandes organizações comunitárias com divulgação de informações de forma acessível e dinâmica, distribuição de sabão, álcool e máscaras, arrecadação de doativos até a produção e distribuição de refeições, entre outras. Ao retratá-las, não temos o intuito de romantizar o momento doloroso vivido, mas reforçar a importância que adquirem ao ser, para muitos, a única ajuda existente.

Fleury e Menezes (2020) contextualizam em seu estudo as formas como as favelas cariocas têm enfrentado a pandemia, as ações e os tipos de

organização existentes. Segundo as autoras, as associações de moradores, coletivos e grupos que já existiam e atuavam nesses territórios passaram a organizar-se internamente, estabelecendo planos de ações, mapeando as famílias necessitadas, acionando redes de contatos externos para apoio, organizando e recebendo as doações e a distribuição dos alimentos e prestando contas aos demais moradores. Além da distribuição de materiais de limpeza e máscaras, desenvolveram ações de sanitização, criaram lavatórios nas favelas e canais de teleconsultas, para que a população contratasse médicos voluntários.

Assim como no Rio de Janeiro, outras favelas mostraram enorme potencial e organização, especialmente aquelas que integram o G-10 Favelas, que é um bloco de Líderes e Empreendedores de Impacto Social das Favelas, criado com o intuito de unir forças em prol do desenvolvimento econômico e protagonismo das comunidades e tem atuado em várias frentes durante a pandemia. As ações desenvolvidas incluem a produção e distribuição de marmitas, o trabalho dos presidentes de rua (voluntários que assumem a função de monitorar um determinado número de famílias), a contratação de socorristas e ambulâncias privadas 24 horas, a distribuição de cestas básicas e kits de higiene, a distribuição de máscaras, a criação de centros de acolhimento e de teleatendimento, ações de fortalecimento do comércio local e de auxílio aos trabalhadores autônomos, atuação jurídica e apoio aos imigrantes e refugiados (G10 DAS FAVELAS, 2020).

As ações desenvolvidas em Paraisópolis, que integra o G10 das favelas, ganharam destaque midiático no início da pandemia, pois naquele momento foram capazes de frear o contágio e resultaram em um número inferior de casos e óbitos quando comparados à média do município de São Paulo. Todavia, diante das duras condições de vida, da necessidade de buscar sustento e ausência de apoio a nível dos governos, os dados mais recentes são opostos: os óbitos na favela passaram a ser o dobro da média de óbitos do município. Mesmo assim, embora não tenha mantido o vírus afastado da favela, as ações têm impedido uma catástrofe ainda maior (GORTÁZAR, 2020).

A Central Única das Favelas (CUFA) criou a campanha #Cufacontraovírus e, ao longo dos últimos meses, distribuiu mais de 18 mil toneladas

de alimentos, realizou doações de gás de cozinha, álcool em gel e máscaras e distribuiu mais de 59 mil “vales-mães”, um auxílio financeiro de R\$ 120,00 mensais. Ao todo, a organização beneficiou mais de 5 mil favelas e 1,3 milhão de famílias por todo o país (MÃES DA FAVELA, 2020).

Em Porto Alegre, destaca-se o trabalho realizado pela União de Vilas da Cruzeiro, entidade que atualmente congrega 36 comunidades da Grande Cruzeiro na zona sul, organizadas através de dez núcleos de base. Desde o início da pandemia, o movimento comunitário tem buscado entender a realidade das famílias vulnerabilizadas e pensar estratégias com protagonismo dos envolvidos. A organização está distribuindo refeições, cestas básicas, produtos de higiene, levando informação de como se proteger da COVID-19, revitalizando espaços públicos, mobilizando a comunidade contra o fechamento de unidades de saúde e escolas, entre outras ações potencializadas pelo trabalho voluntário e por parcerias (BRASIL DE FATO, 2020b).

Diante da escassez de dados e de divulgação dos números, diversas comunidades desenvolveram sistemas próprios de informação e monitoramento de casos e óbitos, como o boletim “Curva das periferias”, parceria entre os portais Nós, mulheres da Periferia e Alma Preta, que se propõem a investigar e registrar o impacto da pandemia na cidade de São Paulo (NÓS MULHERES DA PERIFERIA, 2020). Outras plataformas foram criadas, como: “Quilombos sem COVID-19”, que disponibiliza informações relativas à população quilombola (OBSERVATÓRIO DA COVID-19 NOS QUILOMBOS, 2020); “Observa POA”, que apresenta informações sobre o município de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2020); “Observatório dos Impactos do Coronavírus nas Comunidades Pesqueiras”, criado por um grupo de pescadores e pescadoras de todo o país, junto com cientistas e apoiadores da pesca artesanal, que visa monitorar os impactos e discutir o enfrentamento à COVID-19 nas comunidades pesqueiras (OBSERVATÓRIO DOS IMPACTOS DO CORONAVÍRUS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS, 2020); “Quarentena indígena”, um portal de monitoramento participativo da doença na internet, onde podem ser feitas denúncias de violações de direitos e homenagens às vidas perdidas (QUARENTENA INDÍGENA, 2020); e “Comunicação contra o corona”, uma plataforma

que reúne uma série de campanhas desenvolvidas por organizações de todo o Brasil, para que sirva de inspiração e amplie o alcance dessas mensagens (COMUNICAÇÃO CONTRA O CORONA, 2020).

A arte também foi uma estratégia bastante explorada e ocupa papel fundamental nessa luta. Através de músicas, desenhos, histórias em quadrinhos, cards, cartazes, grafites, cartilhas, ives, podcast, entre tantas outras manifestações artísticas, foi – está sendo – possível compartilhar informações de forma acessível e condizente com as realidades, transmitir mensagens de conscientização, assim como amenizar angústias, apoiar e incentivar a união de todos para superar esse momento. Destaca-se em especial a criação de uma exposição virtual denominada “Retratos da pandemia”, que reúne imagens fotográficas, cards, vídeos e poesias. Criado por um grupo de estudantes e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), visa somar-se às demais estratégias de luta, problematizando a realidade e provocando reflexões a fim de “abrir as portas dos vários *impossíveis* para tantas situações viáveis e inéditas que surgem nos diferentes contextos” (UFRGS, 2020).

Todas essas ações de proteção à saúde, protagonizadas pela própria população, aliadas à produção de conhecimentos, constituem o campo de práticas de uma vigilância popular em saúde. Embora seja um conceito em construção, Arjona (2018) situa-o como uma proposta de ação contra-hegemônica que utiliza uma metodologia de construção horizontal entre saberes técnico-científicos e saberes populares e que busca a formação de uma nova racionalidade para a saúde coletiva. Diferente da estrutura técnica da vigilância em saúde convencional, a vigilância popular expressa a necessidade de uma maior participação da comunidade na vigilância e emerge como alerta e chamado para a garantia do direito à saúde e à defesa da vida (CARNEIRO; PESSOA, 2020).

Algumas considerações

Ler e escrever sobre os impactos da COVID-19 e as estratégias de enfrentamento criadas a partir da iniciativa popular suscita sentimentos an-

tagônicos e confronta-nos com realidades que, por vezes, nos cegam ou a que acabamos nos “acostumando”. As desigualdades, a ausência de políticas públicas e a necropolítica, sempre presentes, mas agora escancaradas com a COVID-19, têm sido determinantes, agravam as consequências desastrosas sobre a população e colocam o país entre aqueles com os piores indicadores.

A contínua ascensão de casos traz à tona a importância da continuidade das ações de vigilância popular em saúde com o intuito de compreender e evidenciar os reais dados referentes ao enfrentamento das comunidades à COVID-19. Entendemos ainda que, diante do contínuo negacionismo do Estado e da falta de ações efetivas, a integração de mais ações da população civil, das universidades e demais organizações sociais e entidades para a valorização, a manutenção e o armazenamento de tudo o que está sendo produzido seja perpetuado e cresça com a perspectiva de esperar a transformação de nossa realidade através de práticas que possibilitem a liberdade e a autonomia de nossas comunidades.

Longe de encerrar a discussão ou propor soluções, gostaríamos de concluir este texto com um convite àqueles que, assim como nós, não se deixam acostumar perante a dor dos outros e não se calarão às injustiças. Convidamos à ação, a olhar para seu entorno e reconhecê-lo em suas múltiplas realidades, a unir forças com aqueles que estão na luta diária pela sobrevivência e a criar estratégias para tornar possível a mudança almejada. Vamos juntos esperar!

Bibliografia

AQUINO, E. M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2.423-2.446, jun. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702423&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ARJONA, F. B. S. O espaço da/na vigilância popular em saúde: construção teórica inicial. **História, Natureza e Espaço** – Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF, [S.l.], v. 6, n. 2, jul. 2018. ISSN 2317-8361. Disponível em: <<https://>

www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/35702/25377>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL DE FATO. **Nas favelas, 41% das famílias não conseguiram auxílio emergencial, diz pesquisa**. Rio de Janeiro, 2020a. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/29/nas-favelas-41-das-familias-nao-conseguiram-auxilio-emergencial-diz-pesquisa>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL DE FATO. **União de Vilas desperta o poder popular para encarar o coronavírus na periferia**: Comunidades de Porto Alegre fazem mutirões, distribuem refeições e reavivam o protagonismo do movimento comunitário. Porto Alegre, jun. 2020b. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/uniao-de-vilas-desperta-o-poder-popular-para-encarar-o-coronavirus-na-periferia>>. Acesso em: 25 de set. 2020.

BUCKERIDGE, M. S. Global analysis of the infection by COVID-19. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. e0121, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200121vu2020l3id>>. Acesso em: 2 ago. 2020.

CAPONI, S. COVID-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estud. av.**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 209-224, ago. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200209&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 dez. 2020.

CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M. Iniciativas de organização comunitária e COVID-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00298130, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300307&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 dez. 2020.

CARVALHO, L.; PIRES, L. N.; XAVIER, L. L. **COVID-19 e desigualdade**. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.13140/RG.2.2.27014.73282>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

COMUNICAÇÃO CONTRA O CORONA. Disponível em: <<https://comunicacaocontraocorona.org.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

COLASANTI, M. **Eu sei, mas não devia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

COSTA, J. S. *et al.* COVID-19 no sistema prisional brasileiro: da indiferença como política à política de morte. **Psicol. soc.**, Belo Horizonte, v. 32, e020013, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100412&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 dez. 2020.

GUARNIERI, J. M.; BITENCOURT, R. R.; PILOTTO, L. M.; MARTINS, A. B. • Realidades brasileiras e estratégias populares de enfrentamento à COVID-19

EMICIDA. **Principia**. Laboratório Fantasma. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kjggv0xM8Q&ab_channel=Emicida>. Acesso em: 09 de dez. 2020.

FIGUEIREDO, P. Bairros com maior número de mortes por coronavírus em SP concentram favelas e conjuntos habitacionais”. **G1 SP**, maio 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/04/bairros-com-maior-numero-de-mortes-por-coronavirus-em-sp-concentram-favelas-e-conjuntos-habitacionais.ghtml>>. Acesso em: 09 dez 2020.

FLEURY, S.; MENEZES, P. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. **Saúde em Debate**, [s. 1], p. 1-19, set. 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/1319/2071/2182>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

G1 RIO. **Doze crianças morreram baleadas no Rio em 2020**. Rio de Janeiro, dez. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/07/conheca-as-historias-das-criancas-mortas-baleadas-no-rio-em-2020.ghtml>>. Acesso em: 11 dez. de 2020.

G10 DAS FAVELAS. Disponível em: <<http://www.g10favelas.org/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

GORTÁZAR, N. G. Paraisópolis, uma favela contra o vírus. **EL PAÍS**, [S.L.], out. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020/09/28/eps/1601301353_524719.html>. Acesso em: 15 dez. 2020.

JARDIM, V. C.; BUCKERIDGE, M. S. Análise sistêmica do município de São Paulo e suas implicações para o avanço dos casos de COVID-19. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 34, n. 99, p. 157-174, ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200157&tlng=pt>. Acesso em: 02 ago. 2020.

LICHOTTI, C.; GORZIZA, A.; BUONO, R. Taxa de mortes por COVID-19 no Brasil é equivalente à dos Estados Unidos. **Revista Piauí**, dez. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/taxa-de-mortes-por-covid-19-no-brasil-e-equivalente-dos-estados-unidos/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

MÃES DA FAVELA. **#cufacontraovirus**. Disponível em: <<https://www.maesdafavela.com.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

MARQUES JUNIOR, J. S. O “equivoco” como morte negra, ou como “naturalizar” balas racializadas. **Rev. katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 366-374, ago. 2020. Dis-

ponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000200366&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018. p. 123-151.

NAVARRO, J. H. N. *et al.* **Necropolítica da Pandemia pela COVID-19 no Brasil: Quem pode morrer? Quem está morrendo? Quem já nasceu para ser deixado morrer?** preprint, 6 jul. 2020. doi:10.1590/SciELOPreprints.901. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/901/1262>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

NORONHA, K. V. M. S. *et al.* Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 6, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000605004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 dez. 2020.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. **Acompanhe o boletim Curva das periferias: negros e pobres diante da pandemia**. 25 ago. 2020. Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/acompanhe-o-boletim-curva-das-periferias-negros-e-pobres-diante-da-pandemia/>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

NUNES, J. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00063120, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000500501&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 dez. 2020.

OBSERVATÓRIO DA COVID-19 NOS QUILOMBOS. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Instituto Socioambiental. **Casos Quilombolas**. Disponível em: <<https://quilombosemcovid19.org>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

OBSERVATÓRIO DOS IMPACTOS DO CORONAVÍRUS NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS. **Boletins**. Disponível em: <<https://observatoriocovid19pescadores.blogspot.com>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

PORTO ALEGRE. **ObservaPOA**. Disponível em: <http://www.observapoa.com.br/default.php?p_secao=3>. Acesso em: 15 dez. 2020.

QUARENTENA INDÍGENA. Iniciativa realizada de forma colaborativa por organizações indígenas e indigenistas. Disponível em: <<http://emergenciaindigena.apib.info>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. A cor da violência policial: A bala não era o alvo. **Centro de Estudos de Segurança e Cidadania**, [S.L.], dez.

GUARNIERI, J. M.; BITENCOURT, R. R.; PILOTTO, L. M.; MARTINS, A. B. • Realidades brasileiras e estratégias populares de enfrentamento à COVID-19

2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Novo-Relat%C3%B3rio_A-cor-da-viol%C3%Aancia-policial_a-balan%C3%A3o-erra-o-alvo.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Retratos da pandemia**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/retratos-da-pandemia/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

SILVA, M. R.; PIRES, G. L.; PEREIRA, R. S. A política de devastação e autoritarismo de Bolsonaro, ‘o exterminador do Brasil’: ‘future-se’ para o abismo, sofrimento e adoecimento de Brasil e a urgente resistência ativa. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 59, p. 01-15, jul./set., 2019a. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e567052>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

SILVA, M. R.; PIRES, G. L.; PEREIRA, R. S. Manifesto contra o neoliberalismo totalitário, a destruição da educação, do meio ambiente, da ciência, da cultura e do ministério do esporte no governo Bolsonaro. E pelo chi, chi, chi, lê, lê, lê!!!. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-18, set./dez. 2019b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e69869>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

SOUZA, E. R. *et al.* **Violência Estrutural e COVID-19**. 2020. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41350>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

VIANA, A. L. A.; SILVA, H. P. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2.107-2.118, jul. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000702107&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 dez. 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Brasil, país do futuro do pretérito**. Série Pandemia. Editora N-1, 2019.